

# Sumário

Número de notícias: 14 | Número de veículos: 9

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita autoriza crédito de PIS/Cofins sobre frete ..... 2

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Para DPU, acordo do INSS foi "histórico" ..... 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Congresso prepara bomba fiscal de R\$ 1 trilhão ..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Setor privado de saneamento deve chegar à metade do país em 2026 ..... 8

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária elevará carga sobre empresas e impulsionará corrida a FIDCs ..... 10

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Nunes muda discurso e se diz à disposição para disputar o governo de SP ..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Polêmica do IOF longe de conciliação ..... 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A natureza jurídica do IOF (Artigo) ..... 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Prévia do PIB do BC cai 0,74% em maio na comparação com abril (Artigo) ..... 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Apesar das bravatas, tarifas do republicano vieram para ficar (Artigo) ..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Investidor deve ter cuidado com complacência sobre tarifas ..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
ECONOMIA

Índice de inflação da Argentina vem abaixo do esperado em junho ..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
ECONOMIA

Milei aposta em um peso forte para vencer eleição ..... 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

BC: prévia do PIB tem queda em maio ..... 21

# Receita autoriza crédito de PIS/Cofins sobre frete

**Luiza Calegari De São Paulo**

A **Receita Federal** autoriza o aproveitamento de créditos de PIS e Cofins sobre frete contratado para o transporte de insumos vendidos com alíquota zero. O entendimento consta na Solução de Consulta nº 90 da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit), que orienta a fiscalização do país.

A solução de consulta marca uma mudança de interpretação da **Receita Federal** a respeito do assunto. Segue a jurisprudência consolidada do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

Segundo o texto, os valores de frete e seguro "são considerados serviços utilizados como insumos à produção ou à prestação de serviços". Dessa forma, diz a Cosit, dão direito ao crédito das contribuições sociais.

O **Carf** já compreendia assim o assunto, desde junho de 2024, quando a 3ª Turma do Conselho Superior aprovou a Súmula nº 188. Ela afirma que "é permitido o aproveitamento de créditos sobre as despesas com serviços de fretes na aquisição de insumos não onerados pela contribuição para o PIS/Pasep e pela Cofins não cumulativas", desde que o serviço tenha sido tributado.

Os três acórdãos tomados como paradigmas para a edição da súmula são de autuações direcionadas a empresas do agronegócio, que deve ser o setor mais beneficiado pelo entendimento, por ter muitos insumos desonerados, segundo Guilherme Saraiva Grava, do Diamantino Advogados Associados. Mas todo o setor produtivo, acrescenta, pode se beneficiar.

No cerne das discussões está o artigo 3º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei nº 10.833/2003 e a Lei nº 10.637/2003. O dispositivo estabelece que bens ou serviços não sujeitos ao pagamento das contribuições sociais não dão direito a créditos de PIS e Cofins.

A Receita, historicamente, afirmava que o regime jurídico do frete acompanhava o do produto. Significava que, se a mercadoria tinha alíquota zero, não era possível aproveitar o crédito do frete, mesmo que ele fosse tributado.

A situação começou a mudar no ano de 2018, quando o Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu, no Tema 779, que o insumo deve ser conceituado conforme a essencialidade ou relevância de um determinado bem ou serviço para a atividade econômica da empresa. Segundo Rodrigo Taraia, sócio do BMA Advogados, esse entendimento abriu a possibilidade de o frete ser considerado um elemento autônomo para fins de creditamento.

Foi exatamente essa a conclusão da 2ª Turma do Câmara Superior do **Carf** ao julgar o recurso de uma cooperativa agroindustrial no ano de 2023 e assentar que "o frete pago para o transporte de insumos não onerados pelo PIS e pela Cofins é uma operação autônoma em relação à aquisição destes insumos". Portanto, segundo o colegiado, "os fretes para transporte de insumos que não sofrem a tributação do PIS e da Cofins geram direito ao crédito de não cumulatividade" (processo nº 10925.901060/2011-34).

A solução de consulta da Receita, para especialistas, traz mais segurança ao tema, por "fechar o círculo" da jurisprudência que já vinha se consolidando. "Não era bom a Receita, apesar de haver súmula do **Carf**, ter a possibilidade de continuar atuando por não ter atualizado as normas. Com a uniformização do entendimento, o contribuinte não corre mais risco", diz Guilherme Grava.

Apesar dessa segurança, a norma trata apenas de um tipo específico de frete, em um único momento da cadeia de produção, pontua Rodrigo Taraia. Outras discussões permanecem em aberto, acrescenta, tanto no âmbito administrativo quanto judicial.

Para o transporte entre estabelecimentos de produtos acabados ainda existe controvérsia. O **Carf** tem posicionamento desfavorável ao contribuinte, resumido na Súmula nº 217. O texto diz que "os gastos com fretes relativos ao transporte de produtos acabados entre estabelecimentos da empresa não geram créditos de contribuição para o PIS/Pasep e de Cofins não cumulativas".

No caso dos produtos sujeitos ao regime monofásico (quando o tributo devido em toda a cadeia é pago de uma vez por um dos entes responsáveis), por exemplo, o STJ firmou precedente no Tema 1093 que veda a constituição de créditos de PIS e Cofins sobre

componentes do custo de aquisição dos bens.

De acordo com Taraia, no entanto, ainda está aberta a discussão judicial para os casos em que o frete é custeado pelo vendedor, uma vez que a tese do STJ aborda o custo de "aquisição", que é pago pelo comprador.

Por outro lado, apesar de a solução de consulta não abranger todas as possibilidades de frete, a sinalização de que o transporte pode ser tratado como elemento autônomo para o uso dos créditos é positiva e pode ser aplicada para outros casos, afirma o advogado. "O entendimento acaba sendo importante para essas outras discussões."

Guilherme Grava lembra que essa disputa está com os dias contados, porque o PIS e a Cofins não vão mais existir a partir do ano de 2027. Isso vai gerar uma situação, segundo ele, em que os **tributos** não serão mais cobrados, mas ainda vai haver extensa discussão judicial a respeito deles.

Procurada pelo Valor, a **Receita Federal** não deu retorno até o fechamento da edição.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso/20250714/>

# Para DPU, acordo do INSS foi "histórico"

**IAGO MAC CORD** \*Estagiário sob a supervisão de  
**Rosana Hessel**

Entrevista | LEONARDO MAGALHÃES | DEFENSOR  
PÚBLICO-GERAL FEDERAL

A Defensoria Pública da União (DPU) tem se consolidado como um pilar essencial na defesa dos direitos dos cidadãos brasileiros, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade. O órgão, juntamente com a Advocacia-Geral da União (AGU), o Ministério da **Previdência Social**, o Ministério Público Federal e o Conselho Federal, atuou na homologação do acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF) para a restituição das vítimas das fraudes do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) a partir do próximo dia 24.

Na avaliação do Defensor Público- Geral Federal, Leonardo Magalhães, esse acordo beneficiará mais de 9 milhões de aposentados e pensionistas que não teriam condição de procurar a Defensoria Pública.

"Nosso objetivo foi permitir que esses aposentados e pensionistas, a maior parte, pessoas idosas, pudessem receber o mais rápido possível e que houvesse o ressarcimento de todos", afirma, em entrevista ao Correio. Para o titular da DPU, essa medida foi "histórica".

Magalhães reconhece que a DPU destaca que tem trabalhado para ampliar a presença do órgão e, de 2024 até o fim de 2025, vai registrar "a maior ação de interiorização da história da DPU", totalizando 35 postos. Ao Correio, o titular da DPU faz um balanço da gestão e confirma que tem intenção de se candidatar à reeleição no pleito, que se aproxima em setembro. Confira, abaixo, os principais trechos da entrevista: Em relação à fraude no **INSS**, com a homologação do STF, como a DPU atuará para orientar e garantir que os aposentados e pensionistas sejam efetivamente ressarcidos desses descontos indevidos?

Desde que assumi a DPU, um dos objetivos que elegi aqui foi a solução extrajudicial de conflitos.

Nesse intuito de buscar conciliações, temos uma grande parceria com a Advocacia-Geral da União, com o ministro Jorge Messias (da AGU), foi possível trabalhar este tema de solução nacional consensuada.

Nosso objetivo foi permitir que esses aposentados e pensionistas, a maior parte, pessoas idosas,

pudessem receber o mais rápido possível e que houvesse o ressarcimento de todos. Estamos falando de mais de 9 milhões de pessoas que, eventualmente, não teriam condições de procurar a DPU.

Desde o momento em que a Defensoria tomou ciência, em 23 de maio, nos colocamos à disposição da AGU e do **INSS** para que pudéssemos trabalhar nessa frente que gerou o acordo homologado pelo ministro Dias Toffoli. E isso é importante, porque evita ações judiciais, evita receber por precatório, e esse segurado terá o ressarcimento dos últimos 5 anos, na folha de pagamento. É uma medida histórica.

O objetivo é exatamente este: atender pessoas que eventualmente nem saberiam da existência da DPU e que tiveram suas vidas positivamente impactadas com este acordo. A ideia é que possamos seguir avançando com diversos acordos nacionais.

Além do acordo, quais são os maiores gargalos para o acesso efetivo à Previdência e à assistência social, e como a DPU contribui para superar essas barreiras e proteger o cidadão de golpes?

» IAGO MAC CORD\* Ailton de Freitas / DPU  
Trabalhamos na educação em direitos e no acompanhamento da formulação de políticas públicas, participando do Grupo de Trabalho Interinstitucional da Previdência para debater desafios no acesso a benefícios. Para minimizar a não interiorização da DPU em 100% do território nacional, criamos programas, como o DPU nas Cidades e o Território de Tradição e Direitos.

Nesses programas, levamos defensores e servidores para comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas, fazendo uma atuação itinerante para enfrentar o desconhecimento sobre direitos, sobretudo previdenciários. Lançaremos uma plataforma de conciliação previdenciária, em parceria com a AGU e o **INSS**. O objetivo é a conciliação pré-processual, evitando ações judiciais e permitindo a concessão administrativa de benefícios, começando com o salário-maternidade do segurado especial e do trabalhador rural. Qualquer pessoa pode solicitar um benefício pelos canais oficiais do **INSS** e entrar com ação no Juizado Especial Federal. Nosso trabalho busca reduzir a judicialização e tornar as políticas públicas mais efetivas para aqueles que mais necessitam, como pessoas negras, em situação de rua, privadas de liberdade, quilombolas, indígenas, idosas e pessoas com deficiência.

O Plano de Interiorização da DPU inaugurou 29 novos postos, expandindo a assistência jurídica gratuita em 12 estados. Quais os principais desafios e benefícios de ampliar a capilaridade da atuação da Defensoria para aqueles que buscam assistência em causas federais?

Quando assumi a DPU, instalei o Plano Nacional de Interiorização da Defensoria Pública. Nós escolhemos, de acordo com o critério de vulnerabilidade, necessidade da população e também adensamento populacional, quais cidades necessitam ter um posto de atendimento da Defensoria. A Constituição determina que a Defensoria deve estar em todo local. A Emenda Constitucional 80, de 2014, fixou um parágrafo que a DPU estivesse, até 2023, em todo o território nacional. Infelizmente, ainda não chegamos lá.

Os postos de interiorização da Defensoria são parcerias feitas com os governos estaduais e municipais para poder ceder locais para que o cidadão tenha uma porta de entrada e receba aquele atendimento feito por um defensor ou defensora.

No fim (deste ano), serão 35 postos que vão cobrir 661 municípios com uma população estimada em 13,2 milhões de pessoas. Então, entre 2024 e 2025, essa vai ser a maior ação de interiorização da história da DPU. O objetivo é tentar buscar maneiras mais eficientes, menos custosas, porque o arcabouço acabou trazendo para a DPU limitações sérias no que se refere ao crescimento das suas unidades. E, a partir desses postos, vamos acessar essa população com foco em direitos básicos: Previdência, assistência, saúde, educação, moradia e regularização fundiária, com recorte específico para pessoas e grupos hipervulnerabilizados. Esperamos continuar contando com o apoio do Congresso e do Executivo para que a Defensoria possa, de fato, cumprir a missão de estar em 100% das subseções judiciárias do Brasil.

No caso dos municípios que não têm acesso a esses postos ainda, o atendimento é feito de maneira remota?

No fim do ano passado, lançamos o Núcleo Nacional de Interiorização em Saúde para dar cumprimento ao Tema 1234 do Supremo, que trata da federalização da saúde e da repartição de competências entre os entes políticos. Hoje, naqueles locais onde tem a unidade ou um posto de atendimento, é o posto que fica responsável.

Nos outros onde não tem uma sede da Defensoria, a demanda é encaminhada para a nossa central em Brasília, que é o Núcleo Nacional de Interiorização em Saúde. Ali, defensores, servidores e colaboradores

vão prestar assistência na área da saúde federal. Com essa alteração, o STF repartiu as competências entre a Justiça Federal e a Justiça Estadual, criando alguns critérios. Um deles foi que a Defensoria pudesse fazer esse atendimento para aquelas localidades onde a gente não tem. E, no ano passado, também lançamos o Programa Nacional de Enfrentamento à Violência Política de Gênero.

Em relação às pessoas hipervulneráveis, as comunidades tradicionais estão sendo diretamente afetadas pela crise climática. Como a DPU atua na defesa dos direitos dessas comunidades?

No ano passado, quase 95% do Rio Grande do Sul foi atingido pelas enchentes e a Defensoria, em parceria com a AGU e, depois, outros órgãos federais e estaduais, lançamos o programa Caravana de Direitos da Reconstrução Rio Grande do Sul. Esse programa teve como foco fazer atendimento imediato aos deslocados ambientais, que foram vítimas das enchentes nas cidades e na área rural. Esse atendimento foi o maior feito pela DPU. Foram mais de 52 mil famílias, foram gerados mais de 63 mil processos administrativos e, desses processos, mais de 80% chegaram a uma conciliação com a União. Desses processos, apenas 2 mil viraram ações judiciais. Nesse meio tempo, também no ano passado, enfrentamos secas na Amazônia, incêndios no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, que atingiram desproporcionalmente as comunidades indígenas, e a DPU está lá para trazer esse olhar específico das necessidades dessa população.

Como vocês estão se preparando para a COP30, buscando amplificar a voz e garantir a pauta dessas comunidades no debate ambiental, especialmente considerando a relação profunda entre direitos humanos e justiça climática?

O que temos percebido ao longo dessa atuação e nós vamos levar para a COP30 é a importância de o Brasil criar um plano de atendimento à população nas emergências climáticas.

Vamos levar essa necessidade de o Estado brasileiro ter um plano ordinário de atendimento à população que é impactada pelas emergências climáticas. A ideia é exatamente que a Defensoria sempre tenha esse olhar para a população, para a necessidade da população, porque as emergências climáticas estão aí, são realidade e infelizmente vão continuar e vão piorar, e o Estado precisa ter uma resposta ágil. A caravana mostrou como foi possível a gente unir órgãos públicos federais e estaduais juntos para prestar um atendimento integral para a população. As Forças Armadas montaram tendas para viabilizar o atendimento, e houve uma resposta conectada do

Estado. E a desburocratização também é importante. Mas precisamos ser também efetivos e temos tentado buscar isso por meio dos nossos grupos nacionais de trabalho.

Quais os maiores desafios jurídicos que essas comunidades enfrentam para manter seus territórios e modos de vida, e como a Defensoria atua para garantir a segurança fundiária e o respeito às suas culturas?

Ano passado foi a primeira vez que a DPU participou com uma tenda de atendimento no Acampamento Terra Livre. Neste ano também participamos. O objetivo foi levar conhecimento de direitos para essas populações, porque, quando a gente fala de populações indígenas, quilombolas. Nós estamos falando da luta pelo reconhecimento da terra. A Defensoria atua diretamente nesses processos de reconhecimento de território, nós vamos atuar, tanto na área administrativa, no processo de reconhecimento que hoje está a cargo do Ministério da Justiça, como também judicialmente. Estamos atuando no Supremo, dentro da comissão especial sobre o marco temporal.

No ano passado, um acordo foi celebrado pela DPU, pela AGU, e pelos ministérios da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, reconhecendo o território quilombola das comunidades de Alcântara, no Maranhão.

Isso é um problema histórico do Brasil. O presidente Lula teve o objetivo de tentar pôr fim a esse conflito a partir da mediação, e aí a Defensoria entrou.

Outra crise são as guerras ao redor do mundo, e o Brasil é um país muito procurado para refúgio e migração. Como vocês ajudam essa população, facilitando o acesso à Justiça?

A Defensoria tem um grupo de trabalho chamado Grupo de Trabalho Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, que tem por objetivo desenvolver essas ações juntamente com o grupo de trabalho de assistência a vítimas de tráfico de pessoas. Uma das principais ações que desenvolvemos em relação ao acolhimento de migrantes começou em 2017, com a participação da Defensoria, muito antes de a Operação Acolhida ser instituída. E a Defensoria tem atuado em diversas frentes, tanto judiciais como extrajudiciais, para permitir que os direitos dessas pessoas sejam reconhecidos no país, por exemplo, essa questão voltada à facilitação do reconhecimento e validação de diplomas e documentos para permitir essa integração. Criamos canais específicos de denúncia, de violações de direitos, de encaminhamento dessas pessoas.

Em meio à atuação da Defensoria, este ano terá a eleição da DPU. Como está a sua preparação para essa eleição? O senhor vai tentar se reeleger?

Eu acredito que avançamos muito nesse ano e meio. O mandato de Defensor-Geral é de dois anos. Eu devo, sim, me candidatar.

As eleições acontecem, agora, no início de setembro. O objetivo é que a gente possa avançar ainda mais nessas políticas de acesso das pessoas vulnerabilizadas.

Então, vou ser candidato novamente. Estamos bastante confiantes para continuar fazendo esse trabalho, que tem gerado frutos concretos para a população brasileira. O objetivo nosso é cumprir o que determina a Constituição e que os direitos sejam concretizados.

"Lançaremos uma plataforma de conciliação previdenciária, em parceria com a AGU e o **INSS**. O objetivo é a conciliação pré-processual, evitando ações judiciais"

"A ideia é exatamente que a Defensoria sempre tenha esse olhar para a população, para a necessidade da população, porque as emergências climáticas estão aí"

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/07/15/all.pdf>**

# Congresso prepara bomba fiscal de R\$ 1 trilhão

»**ROSANA HESSEL**

Em meio às confusões em torno do decreto do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e do tarifaço do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, aos produtos brasileiros, uma nova bomba fiscal está sendo armada pelo Congresso Nacional, devendo fazer um estrago e tanto na dívida pública, de acordo com especialistas.

Os parlamentares estão em vias de aprovar, hoje, no plenário do Congresso, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que vai custar aos cofres públicos R\$ 1 trilhão até 2035, criando um novo calote de precatórios, medida adotada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), conforme relatório do economista-chefe da XP Asset, Fernando Genta.

Trata-se da PEC 66/2023, de autoria do Senado Federal, que previa a abertura de um parcelamento especial de débitos dos municípios com os seus Regimes Próprios de Previdência dos **Servidores Públicos** (RPPS) e com o Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS). Mas, com as alterações introduzidas na Câmara, o pacote de medidas que oneram os cofres públicos vai além e cria uma nova versão do calote de precatórios (dívidas judiciais)

de estados e municípios. Com isso, a dívida pública federal pode explodir e, conseqüentemente, os juros.

Na avaliação do economista da XP, a nova versão da PEC "foi desconfigurada, sem qualquer estimativa de impacto fiscal, e caminha para rápida aprovação, sem o devido prazo para um debate público técnico e qualificado". Leia mais sobre o assunto no Blog da Rosana Hessel.

O especialista em contas públicas Gabriel Leal de Barros, eco-nomista-chefe da ARX Investimentos, também expressou preocupação com os impactos negativos da PEC nas contas públicas. "Se aprovada, significa a materialização de um risco fiscal ignorado pelo mercado. Além de ampliar o espaço fiscal do governo federal por meio da reclassificação, criativa, dos precatórios e sentenças judiciais, promove um "calote" nos precatórios subnacionais" acrescentou Barros ao Blog.

A PEC 66/2023 é assinada por vários senadores

governistas e da oposição, como Jader Barba-lho (MDB-PA), que lidera a lista, e os senadores Luis Carlos Heinze (PP-RS), Hamilton Mourão (Republicanos-RS) e Davi Alcolumbre (União-AP).

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/07/15/all.pdf>

# Setor privado de saneamento deve chegar à metade do país em 2026

**Taís Hirata De São Paulo**

Cinco anos após a publicação da nova lei do saneamento, o mercado privado de água e esgoto prevê chegará metade dos municípios do país em 2026, segundo dados da Abcon (Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Água e Esgoto).

As empresas, que em 2020 estavam presentes em 7% das cidades por meio de concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs), devem terminar este ano em 39,4% delas, considerando também os leilões que ainda devem ser realizados até dezembro. Contando com as licitações programadas para 2026, a participação privada poderá chegar a 49,7%, segundo a projeção, que considera apenas os projetos com cronograma já estabelecido.

Neste ano, o setor já teve dois leilões de grande porte - o de três blocos no Pará e o de duas PPPs no Espírito Santo - e há previsão de mais três licitações relevantes.

Uma delas, marcada para 5 de agosto, é do Bloco C do Pará. O contrato foi ofertado em abril, junto a outros três lotes, mas não atraiu interessados e agora passará por nova tentativa. O projeto prevê R\$ 3,6 bilhões em obras.

Além disso, até o fim do ano deverão ser leiloados mais dois lotes em Pernambuco, que somam R\$ 18,9 bilhões de investimentos.

Para 2026, diversas novas concessões estão previstas, como a de Rondônia, com previsão de R\$ 4,4 bilhões de obras; a de Goiás, que deverá gerar R\$ 5,5 bilhões de investimentos; e a do Rio Grande do Norte, com outros R\$ 4,6 bilhões previstos. Há ainda expectativa de que o governo paulista licite quatro PPPs, que deverão movimentar em torno de R\$ 30 bilhões.

Apesar do avanço do calendário de leilões, empresas e analistas do setor apontam diversos desafios para que os investimentos se concretizem, como a dificuldade de financiamento e os gargalos na cadeia de suprimentos.

Para Ewerton de Souza Henriques, sócio da SH Consultoria, o cenário de crédito é uma grande

preocupação para projetos novos. "Além do custo alto, há essa forte instabilidade, a crise global. Então a taxa de juros uma hora está caindo, de repente está subindo de novo. Fica difícil estabelecer parâmetros de quais serão as taxas em seis meses, um ano."

Ainda assim, ele acredita que haverá interesse nos próximos leilões. "É difícil que falte interessado. Tem alguns grupos consolidados com apetite e há uma movimentação de empresas mais novas no setor. O mercado sabe que esta é uma janela que está se fechando cada vez mais."

Luiz Gronau, sócio da A M Infra, também avalia que o mercado está movimentado para os leilões. "Existe uma expectativa de melhora da situação macroeconômica, em curto ou médio prazo. Como são concessões de longo prazo, há perspectiva de retornos interessantes", afirma.

Em relação aos leilões deste ano, ele afirma que o Bloco C do Pará ainda gera incertezas, por ser o mais desafiador do Estado, mas que a licitação de Pernambuco tem gerado bastante interesse. "Por mais que esta seja uma concessão parcial, em que a companhia estadual continua responsável pela produção de água, é um modelo que segue o do Rio de Janeiro, de Alagoas, que o mercado já conhece. Tem atratividade, porque é um processo bem claro. E serão dois blocos, sem impedimento de que um grupo leve os dois", diz.

"O projeto de Pernambuco é muito grande, talvez o maior depois da licitação da Cedae [no Rio de Janeiro], então exige um certo porte dos participantes, mas pode ter novos grupos", afirma Fernando Vemalha, sócio do Vemalha Pereira Advogados, que apoiou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na modelagem.

Para ele, a estruturação dos contratos avançou nos últimos dois anos, e passou a incorporar mecanismos que reduziram riscos e facilitaram a atração do setor privado. "Hoje, tem dois riscos importantes. Tem a alta de juros, que é algo que, dentro do ciclo de vida do projeto, tem formas de mitigação. Já temos visto leilões competitivos com o cenário de alta de juros. E tem a questão da in-fiação dos insumos, mas houve um avanço no compartilhamento de riscos dos contratos, para a alta de preços."

Outro desafio observado por analistas é a cadeia de fornecimento. "Há hoje uma grande dificuldade para achar insumos, isso tende a encarecer e dificultar o plano de investimentos a ser executado", afirma Henriques.

Gronau também aponta um gargalo na cadeia de suprimentos do setor. "Está cada vez mais difícil. São muitos Estados buscando a mesma matéria-prima, tubulação, mão de obra. Ainda é preciso que essa cadeia de fornecimento evolua, e isso não tem acontecido no mesmo ritmo [das licitações]. Há bastante preocupação em relação a isso."

Além desses fatores, Christianne Dias Ferreira, presidente-executiva da Abcon, aponta que o setor enfrenta uma série de problemas decorrentes da agenda legislativa. O primeiro é a **reforma tributária**, que deverá gerar uma onda de reequilíbrios de 4 mil contratos, segundo ela.

Além disso, a recente lei da tarifa social ampliou o direito às isenções, o que também deverá demandar uma revisão da equação das concessões. "E agora vem também o desafio da taxaçaõ das debêntures incentivadas [estabelecida em Medida Provisória], que têm sido uma forma de financiamento significativa", diz.

Para ela, hoje o maior desafio do setor é seguir relevante na agenda política. "Se o saneamento não for prioridade, essas pequenas medidas vão minando o novo marco legal. É algo que já vemos acontecer. Se todo dia tem uma medida que impacta os contratos, justamente em um setor que não está universalizado, não teremos os avanços esperados."

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20250714/>

# Reforma Tributária elevará carga sobre empresas e impulsionará corrida a FIDCs

O impacto da **Reforma Tributária** no mercado de fomento comercial e crédito foi tema de um evento promovido pela Quartzo Capital no fim de junho, em Curitiba. Reunindo empresários, gestores e executivos do setor, o encontro discutiu os desafios e as oportunidades que surgem com as mudanças fiscais no país, além da crescente relevância dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) como alternativa estratégica para captação de recursos e operação no mercado de crédito.

O evento contou com a participação de Pedro Reis, head da área de crédito da Quartzo Capital; Clélio Gomes, diretor jurídico da Actual DTVM; e Eduardo Bertola, sócio-gerente da área de Mercado de Capitais do escritório Pironti+Moura Advogados.

Durante sua fala, Pedro Reis destacou que, apesar dos desafios tributários, o mercado de crédito privado no Brasil segue em expansão, movimentando atualmente cerca de R\$ 700 bilhões.

"Estamos vivenciando uma transformação no setor, e isso abre espaço para veículos mais eficientes, como os FIDCs. Eles oferecem segurança jurídica, estabilidade operacional e são fundamentais para atravessar esse novo cenário econômico e regulatório com mais competitividade", afirmou o executivo da Quartzo Capital.

O crescimento acelerado dos FIDCs foi um dos principais temas da discussão. Segundo Clélio Gomes, essas estruturas financeiras estão ganhando protagonismo no mercado. "Os FIDCs vão crescer e ultrapassar todas as estruturas do mercado. Hoje, a Actual junto com a Quartzo Capital, conseguimos estruturar, administrar e gerir veículos que permitem a captação direta de investidores para operações de crédito. É um mercado que não para de crescer no Brasil, já ultrapassamos R\$700 bilhões de patrimônio líquido e mais de 3 mil registros ativos", ressaltou Clélio.

A discussão também pontuou que o mercado de fomento deve passar por uma migração significativa de securitizadoras para FIDCs, impulsionada principalmente pelo aumento de **impostos**, que praticamente dobram os custos operacionais em algumas estruturas. Esse movimento também deve acirrar a concorrência entre as empresas de factoring.

Na análise jurídica, Eduardo Bertola reforçou que, embora a proposta de simplificar o sistema tributário brasileiro seja necessária, há um efeito colateral preocupante. "A simplificação vem acompanhada de aumento da carga tributária em grande parte das operações, o que pode piorar o ambiente econômico, em vez de melhorar", explicou Bertola.

A conversa também chamou atenção para os impactos da tributação sobre dividendos, com previsão de queda na alíquota do IRPJ de 34% para 25%, mas compensada por uma nova tributação de 15% sobre dividendos, elevando a carga total para 40%, gerando uma nova preocupação para as empresas.

Para Pedro Reis, esse cenário exige dos players do mercado de crédito uma busca constante por alternativas mais inteligentes e resilientes. "O mercado vive uma transformação profunda. Na Quartzo, enxergamos os FIDCs como a solução mais segura, robusta e eficiente para estruturar operações de crédito, garantindo rentabilidade e segurança para investidores e tomadores, especialmente em um ambiente tributário desafiador", reforçou Pedro.

O consenso entre os participantes é claro: a **Reforma Tributária** vai provocar uma reconfiguração significativa no mercado de crédito e fomento, exigindo mais estratégia, planejamento e uso de estruturas sólidas como os FIDCs para garantir competitividade, sustentabilidade e crescimento dos negócios.

(\*) Homework inspira transformação no mundo do trabalho, nos negócios, na sociedade. É criação da Compasso, agência de conteúdo e conexão.

**Site:** <https://www.terra.com.br/economia/reforma-tributaria-elevara-carga-sobre-empresas-e-impulsionara-corrida-a-fidcs,08101731416fd729315fd5de8ac51887jiukrlyg.html>

# Nunes muda discurso e se diz à disposição para disputar o governo de SP

**HYNDARA FREITAS E SAMUEL LIMA**  
*politica@oglobo.com.br* sAo PAULO

Num discurso que destoa do adotado nas eleições municipais, quando disse que cumpriria os quatro anos de mandato como prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB) afirmou ontem que poderia concorrer ao governo do estado, caso recebesse um pedido de Tarcísio de Freitas (Republicanos), atual ocupante do cargo. A declaração foi dada em meio a movimentos do aliado em direção ao pleito presidencial de 2026.

Não é a primeira vez que o paulistano se posiciona na briga pelo posto. Em março, Nunes disse que mandato "não é um casamento" e que poderia ser levado a uma nova eleição no próximo ano. A época, alegou que tomaria uma atitude a depender do contexto político e tendo em vista o "projeto de derrotar a esquerda no nível nacional, estadual e municipal". O discurso foi lido como uma maneira de marcar território e levou outros políticos a confirmarem a intenção de angariar os espólios de Tarcísio, como Gilberto Kassab (PSD) e André do Prado (PL).

- Meu desejo é cumprir os quatro anos. Eu acho que ele não vai fazer isso, mas o que o Tarcísio me pedir eu não tenho como negar - disse o prefeito ontem em entrevista à GloboNews.

Nunes acrescentou que tem "muita sintonia" com o governador de São Paulo e que tem "conseguido fazer muita coisa por conta dele", lembrando as cenas de esvaziamento da cracolândia, com parte do fluxo de dependentes químicos migrando para outros locais da cidade. Mas a decisão de Tarcísio de se candidatar a presidente em 2026 ainda depende do ex-presidente Jair Bolsonaro, que alega querer ir às urnas mesmo declarado inelegível pela Justiça Eleitoral e sob ameaça de condenação no Supremo Tribunal Federal (STF), na ação penal que envolve uma suposta trama golpista.

A ideia de o prefeito interromper o mandato para disputar a eleição no ano que vem tem ganhado força nos bastidores, e aliados mais próximos já o tratam como candidato natural ao governo paulista. Na semana passada, aliados do emedebista passaram a compartilhar resultados de uma pesquisa eleitoral que colocou Nunes como primeiro colocado na disputa ao Palácio dos Bandeirantes.

## ACENOS REGIONAIS

O secretário de Segurança Urbana, Orlando Morando, chegou a publicar nas redes sociais o desejo para 2026: Tarcísio presidente e Nunes governador. Vereadores aliados e a primeira-dama da capital, Regina Nunes, também compartilharam o levantamento.

Parlamentares da base e auxiliares do prefeito dizem re-servadamente que o prefeito tem mencionado essa hipótese com frequência, e a leitura é de "confiança" de um bom desempenho com a benção de Tarcísio - algo que seria fundamental principalmente no interior, onde Nunes é menos conhecido - e com as movimentações que o prefeito tem feito para se colocar como uma "liderança regional" da Grande São Paulo. Ele tem se colocado como representante da área em reuniões em Brasília sobre como a **reforma tributária** pode impactar os municípios, ido para o embate público com a Enel e tentado "exportar" o Smart Sampa para outras cidades.

A posição de "pré-candidato" de Nunes, no entanto, não agrada a todos. Alguns parlamentares da base argumentam que a "autoconfiança" do prefeito cresceu tanto que ele estaria mais distante e com pouco diálogo com os vereadores que ajudaram a elegê-lo. Outro percalço nessa empreitada é o vice-prefeito Coronel Mello Araújo (PL), que tem pouca experiência política e causa apreensão em parlamentares sobre como seria a articulação Legislativo-Executivo caso ele assumisse a prefeitura devido à eventual candidatura de Nunes.

O prefeito também defendeu ontem a candidatura de Bolsonaro à Presidência em 2026, apesar de ele estar inelegível. Para o emedebista, "ele deveria disputar a eleição e a população definir" e disse que não é "o melhor caminho tirar alguém do cenário eleitoral", contestando a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

- Eu acho que a melhor decisão... É uma opinião pessoal minha e não é porque ele me apoiou e porque o partido dele, o PL, me apoia, é pelo que eu sinto como um democrata, é de que ele deveria disputar a eleição e a população definir. Me parece que tirar alguém do cenário eleitoral onde a população vai ter o

seu exercício pleno da democracia que é a escolha não é o melhor caminho -disse na entrevista.

O prefeito ainda definiu como "correta" a reação de Tarcísio em relação ao tarifaço anunciado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Inicialmente, o governador atribuiu ao presidente Lula a responsabilidade pelas sanções americanas. No dia seguinte, amenizou o tom e defendeu que o Brasil "negocie" e "deixe de lado as questões políticas".

"Meu desejo é cumprir os quatro anos. Eu acho que ele não vai fazer isso, mas o que o Tarcísio me pedir eu não tenho como negar"

Ricardo Nunes (MDB), prefeito de São Paulo

**Site:** [infoglobo.pressreader.com/o-globo](http://infoglobo.pressreader.com/o-globo)

# Polêmica do IOF longe de conciliação

**FRANCISCO ARTUR DE LIMA E EDLA LULA**

A reunião mediada, hoje, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), para solucionar o impasse criado pela derrubada do decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que elevou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) tende a não ser concluída, ao menos na primeira tentativa. É o que demonstram declarações e atitudes dos representantes do Executivo e do Legislativo, as partes envolvidas na questão.

Primeiro, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, ressaltou que o Executivo não apresentará uma "proposta alternativa" do decreto de aumento de alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). As questões sobre se o governo sacaria da cartola uma alternativa sobre o aumento do IOF ocorrem em meio ao fato de Executivo e Congresso terem de encontrar convergências sobre o tema, que será discutido em audiência de conciliação colocada para hoje, pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

"A posição oficial do governo foi o que está no decreto (de aumento da alíquota do IOF) e o governo pediu para que o STF se manifestasse.

O governo não tem proposta alternativa (sobre o IOF). Não temos propostas alternativas, a nossa posição é a defesa do decreto", sustentou o ministro, ao negar possibilidades de o Executivo realizar negociações para alterar o texto. Na avaliação de Rui Costa, entendimentos e decisões sobre o IOF são de competência do Executivo e não devem ser alteradas pelo parlamento.

No Parlamento, os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), decidiram não comparecer à audiência de conciliação agendada pelo ministro do Supremo, Alexandre de Moraes. O Senado deverá ser representado pela advogada-geral Gabrielle Tatith Pereira, e pelo advogado-geral adjunto de Contencioso da Casa, Fernando Cesar de Souza Cunha. Já a Câmara, enviará o advogado Jules Queiroz.

O governo, por sua vez, será representado pelo advogado-geral da União, Jorge Messias.

Impasse

As divergências entre o governo e o parlamento sobre possíveis aumentos do IOF começaram no fim de maio, quando o governo enviou ao Legislativo um decreto que aumenta as alíquotas do IOF.

O objetivo do governo era reforçar o aumento de receitas e manter os gastos dentro do arcabouço fiscal.

A iniciativa do Executivo, no entanto, teve resistência do Congresso, que derrubou o decreto em junho.

Como respostas, o governo, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), acionou o STF exigindo que seja considerada a constitucionalidade do decreto editado pelo presidente da República.

Na Suprema Corte, a ação caiu para o ministro Alexandre de Moraes.

O magistrado, então, estabeleceu que hoje, o Executivo e o Congresso devem convergir sobre o assunto IOF.

Na última sexta-feira, o Senado e a Câmara pediram ao STF que declare constitucional o decreto legislativo que derrubou o aumento do IOF decretado por Lula.

"A edição dos decretos executivos se deu com desvio de finalidade, contrariando a finalidade extrafiscal que justifica a mitigação dos princípios da legalidade e da anterioridade tributárias.

Os elementos fáticos demonstram motivação arrecadatória, revelada por pronunciamentos oficiais e pelo contexto fiscal da medida, descaracterizando a finalidade regulatória exigida", ressalta o Congresso no documento.

O parecer foi emitido no bojo das ações que tratam do IOF no Supremo, considerando um prazo que foi dado para o Legislativo se manifestar sobre os processos movidos por partidos políticos sobre o tema.

No documento, as Advocacias do Senado e da Câmara sustentam que os decretos editados pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva sobre o IOF tinham objetivos "claramente arrecadatórios (harmonizar a política monetária fiscal, preservando os objetivos do novo arcabouço fiscal, com medidas para equilibrar receitas e despesas)".

"Não pode o Executivo, a pretexto de exercer função

regulatória, utilizar o §1º do artigo 153 - que trata da competência do Poder Executivo para alterar as alíquotas de alguns **impostos** - com verdadeira finalidade de arrecadação, sob pena de desvio de finalidade (também denominado desvio de poder) e, em última análise, violação constitucional", registra o parecer.

O Congresso defende que aprovou a derrubada do decreto do Executivo por "reconhecer a patente incongruência entre a finalidade pensada pelo constituinte originário para a flexibilização das garantias do contribuinte e a finalidade (real)", das medidas do Executivo.

O texto diz que os decretos "exorbitaram os poderes da competência conferida ao Executivo." (Com agências)

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/07/15/all.pdf>**

# A natureza jurídica do IOF (Artigo)

**Ives Gandra da Silva Martins**

Ives Gandra da Silva Martins Professor emérito da Universidade Mackenzie, é presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio/SP

Tendo em vista o recurso do governo Lula para a derrubada da não aprovação pelo Congresso Nacional do aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), buscando minimizar seu frágil arcabouço fiscal, parece-me importante realçar a ilegalidade dos decretos presidenciais (n.º 12.466/25, n.º 12.467/25 e n.º 12.499/25) em decorrência da imposição ter nitido perfil de um tributo arrecadatório.

Os sete **impostos** federais e os atuais três estaduais e três municipais foram divididos em duas grandes categorias de "**impostos** arrecadatórios" e "**impostos** regulatórios". Os primeiros destinados a manter a máquina pública em seu nível administrativo e de investimentos no interesse do povo, e os segundos para controlar e não permitir descompassos em determinados setores da economia.

Assim, Imposto de Renda (IR), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Grandes Fortunas, ICMS, Transmissão não onerosa sobre veículos, propriedade predial e territorial urbana, e serviços e transmissão imobiliária onerosa ficaram na categoria de **impostos** arrecadatórios; os de importação e exportação para controlar o comércio exterior, sobre operações financeiras para regular o sistema de crédito, câmbio e seguro, e o de propriedade territorial rural para estimular a agropecuária e permitir a reforma agrária entraram no elenco de **impostos** regulatórios.

A natureza jurídica do IOF, portanto, é regulatória, e não arrecadatória.

Ora, os decretos presidenciais, todavia, o transformaram, contra o disposto na Constituição, em imposto arrecadatório para compensar a própria perda de arrecadação da pretendida isenção maior do IR para as rendas menores.

Foi essa a real motivação do Executivo.

Ocorre que essa mutação tornou os decretos ilegais por ferirem a "explicitação constitucional no Código Tributário Nacional (CTN)", como seria, por exemplo, fazer incidir o imposto de renda sobre uma "não aquisição" de disponibilidade econômica ou jurídica de

renda e de proventos de qualquer natureza (art. 43 do CTN).

À evidência, a afirmação de que o IOF é arrecadatório, e não regulatório, não corresponde ao que foi discutido desde os debates para o CTN, na década de 1960, na emenda constitucional (EC) n.º 18/65 na Constituição de 1967, na EC n.º 1/69 e nos artigos 145 a 156 da Constituição federal.

Por essa razão, parece-me que caberia ao Supremo Tribunal Federal (STF) não conhecer do pedido, pois a competência, de rigor, para discutir a explicitação constitucional do Código Tributário Nacional, recepcionado pela Constituição de 1988, seria do Superior Tribunal de Justiça, e, neste, deveria prevalecer o desenho do IOF, cuja natureza é clara e nitidamente regulatória, e não arrecadatória. |

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Prévia do PIB do BC cai 0,74% em maio na comparação com abril (Artigo)

**CÍCERO COTRIM BRASÍLIA**

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBCB), considerado a prévia do **PIB**, caiu 0,74% em maio, na comparação com abril e na série com ajuste sazonal, informou a autarquia ontem. O resultado ficou abaixo do piso da pesquisa Projeções Broadcast, de queda de 0,50%. A mediana indicava baixa de 0,02%, e o teto, alta de 0,54%.

O BC revisou os resultados do índice em abril (0,16% para 0,05%) e março (0,71% para 0,61%), e manteve a taxa de fevereiro em 0,60%. Mudanças na série com ajuste sazonal são comuns, normalmente refletindo a adição de um novo mês ao conjunto dos dados, mas a autarquia também revisou os números sem ajuste.

O IBC-Br ex-agropecuária, que exclui os efeitos do setor sobre a atividade, caiu 0,31% em maio, após alta de 0,07% em abril (dado revisado). O indicador da agropecuária caiu 4,25%, após uma baixa de 0,93% no mês anterior (revisado), informou o BC.

O índice de serviços aumentou 0,01%, depois de ter crescido 0,39% no mês anterior (revisado); o da indústria recuou 0,52%, após baixa de 1,24% em abril (revisado); e o de **impostos** - equivalente, em linhas gerais, à rubrica de **impostos** líquidos sobre produtos do Produto Interno Bruto (**PIB**) - cedeu 1,02%, após uma alta de 0,20% (revisado).

INTERANUAL. Na comparação com maio de 2024, o IBC-Br total cresceu 3,16% na série sem ajuste sazonal - abaixo da mediana da pesquisa Projeções Broadcast, de 4,10%. As estimativas do mercado iam de 2,10% a 5,20%. O BC revisou o resultado de abril, de alta de 2,46% para crescimento de 2,37%.

O índice ex-agropecuária subiu 2,86% na comparação interanual, após alta de 0,86% no mês anterior (revisado de 0,97%). O da agropecuária avançou 8,43%, depois de ter crescido 18,15% em abril (revisado de 17,99%). O indicador de serviços cresceu 2,86%, após alta de 1,12% (revisado de 1,21%), e o da indústria avançou 3,25%, depois de ter subido 0,57% (revisado de 0,76%). O índice de **impostos** aumentou 2,30%, após alta de 0,20% (revisado de 0,29%).

AVANÇO EM 12 MESES. O IBC-Br acumula alta de

4,04% nos 12 meses encerrados em maio, na série sem ajuste sazonal. É uma aceleração frente ao mesmo período até abril, quando a alta era de 3,94% (revisado, de 4,0%).

O índice ex-agropecuária, que exclui os efeitos do setor, cresce 3,46% - também acelerando frente ao mesmo intervalo de tempo até abril, quando avançava 3,38% (revisado de 3,44%).

O indicador da agropecuária acumula alta de 12,68% nos 12 meses até maio, ante 12,13% no mesmo período até o mês anterior (revisado de 12,09%).

Também no acumulado de 12 meses, o IBC-Br da indústria acelerou de 2,74% (revisado de 2,77%) para 3,03%. O índice de serviços passou de 3,36% (revisado de 3,44%) para 3,39%. De janeiro a maio de 2025, o IBC-Br total cresce 3,36% na comparação com o mesmo período de 2024. |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Apesar das bravatas, tarifas do republicano vieram para ficar (Artigo)

**ANA SWANSON THE NEW YORK TIMES**

ANA SWANSON - REPÓRTER DE ECONOMIA E COMÉRCIO INTERNACIONAL DO NYT THE NEW YORK TIMES

O vaivém do presidente americano Donald Trump em relação às tarifas faz empresas e líderes estrangeiros acreditarem que ele "sempre vai recuar" em suas ameaças se elas se mostrarem muito prejudiciais à economia.

Os eventos da semana passada, porém, lançaram dúvidas sobre essa aposta. Ao renovar as ameaças contra mais de duas dezenas de parceiros comerciais, Trump prova o seu apetite por tarifas, adotando **impostos** de importação como nenhum outro presidente americano fez desde a Grande Depressão.

Na semana passada, Trump ameaçou 25 parceiros com **impostos** a partir de 1.º de agosto, a menos que assinem acordos que ele considere aceitáveis. A lista inclui algumas das maiores fontes de importação dos EUA, como União Europeia, Japão, México, Brasil, Coreia do Sul e Tailândia, que estavam em negociações para evitar as tarifas. Mas, mesmo que vários países cheguem a acordos, as tarifas ainda devem subir significativamente.

Desde que Trump assumiu o cargo em janeiro, a taxa média efetiva de tarifas dos EUA subiu de 2,5% para 16,6%, segundo o Budget Lab da Universidade Yale.

É um aumento dramático em comparação com o primeiro mandato do presidente, quando subiu de 1,5% para 2,5%.

Se todas as tarifas que Trump ameaçou aplicar entrarem em vigor em 1.º de agosto, a taxa média de tarifas subirá para 20,6%, a mais alta desde 1910. "O que aconteceu em seu primeiro mandato não se compara nem de longe ao que está acontecendo agora", disse o diretor de Economia do Laboratório de Orçamento de Yale, Ernie Tedeschi.

ESBOÇO. Falando na rede ABC no domingo, Kevin Hassett, diretor do Conselho Econômico Nacional dos EUA, disse que o presidente viu "alguns esboços de acordos", mas acha que eles "precisam ser melhores".

"Essas tarifas serão reais se o presidente não conseguir um acordo que considere suficientemente bom", disse.

Mark Diplacido, que atuou no Escritório do Representante Comercial dos EUA no primeiro governo Trump, disse que o governo atual "está confortável em deixar essas taxas entrarem em vigor". "É hora de fazer sua proposta final e, se não estivermos satisfeitos, estamos prontos para deixá-las entrar em vigor", disse.

**INFLAÇÃO.** A expansão das tarifas para o mundo inteiro aumenta significativamente o ônus para os importadores dos EUA. Mas, para a população, o efeito econômico total ainda não foi sentido. Embora dados mostrem que as tarifas começaram a elevar os preços de alguns produtos, a **inflação** geral dos preços ao consumidor permaneceu moderada.

Economistas alertam que as tarifas estão em vigor há pouco tempo e que aumentos mais perceptíveis podem ocorrer nos próximos meses. Tedeschi recorda um aumento significativo nos preços recentes de eletrodomésticos, eletrônicos, móveis, carros usados e peças automotivas. "Leva tempo para que as tarifas surtam efeito na economia." Mas Trump e seus assessores se basearam em dados recentes para argumentar que as tarifas têm pouco efeito sobre os preços.

Hassett disse no domingo que as previsões de Trump de que os fornecedores estrangeiros arcaiam com o custo das tarifas se confirmaram. "Acho que isso provavelmente está afetando sua posição nas negociações, porque temos todas essas evidências empíricas de que sua posição se provou correta nos dados", disse. |

A taxa média efetiva de tarifas dos Estados Unidos subiu de 2,5% para 16,6% desde janeiro

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Investidor deve ter cuidado com complacência sobre tarifas

Depois de aprovar seu "grande e belo projeto de lei" de corte de **impostos**, o presidente dos EUA, Donald Trump, tem se ocupado em reanimar sua agenda protecionista. Na semana passada, estendeu a pausa de 90 dias para a entrada em vigor de suas tarifas de importação do "Dia da Libertação" até la- de agosto e escreveu contundentes cartas e posts em redes sociais para parceiros comerciais importantes, em que os instiga a fechar acordos rápidos com seu governo. Também propôs tarifa de 50% sobre cobre e outra de 200% sobre produtos farmacêuticos. Wall Street, porém, reagiu com indiferença. As ações do S P 500 continuam a ser negociadas perto das máximas, mais de 25% acima dos pisos atingidos na sequência do primeiro anúncio de Trump sobre as tarifas "recíprocas", em 2 de abril.

Com o vaivém de declarações do presidente sobre o assunto, fica difícil de fato saber em que pé estão as tarifas dos EUA, e muito menos prever onde elas acabarão. Dito isso, o Yale Budget Lab estima que, após incorporar os anúncios sobre essa política até 13 de julho, a alíquota média efetiva das tarifas americanas como um todo pode chegar ao maior nível em mais de um século - e cerca de oito vezes mais alta do que em 2024. Nesses níveis, a expectativa da maioria dos economistas seria que os aumentos de preços induzidos pelas tarifas acabassem por minar margens de lucro e crescimento. Se for assim, o mercado de ações dos EUA não recebeu o recado. O apetite por risco segue grande e os "valuations" estão acima do habitual.

Há duas explicações predominantes para o comportamento otimista. A primeira é que investidores se animaram com a ideia de que o presidente na verdade não levará até o fim suas piores ameaças sobre tarifas-o chamado "Taco trade", sigla para a frase em inglês de que Trump sempre volta atrás. O presidente certamente tem experiência em adiar ou cancelar políticas econômicas prejudiciais. A segunda é que as tarifas em vigor até o momento-inclusive a universal, de 10%-ainda não tiveram impacto significativo sobre a **inflação** ou o crescimento.

As duas narrativas são de um otimismo tão excessivo que é preocupante. Acreditar que Trump vai recuar na implementação de tarifas em la de agosto ainda exige muita fé. Na semana passada, o presidente afirmou que suas tarifas de importação foram "muito bem

recebidas", ao mencionar a reação do mercado de ações.

O desempenho econômico dos EUA hoje também é um indicador ruim de como o país se sairá nos próximos meses. A formação de estoques ajudou a limitar o repasse das tarifas para os preços ao consumidor. E muitas empresas retiraram suas orientações de ganhos em meio à incerteza. Além do mais, o pacote tarifário completo de Trump ainda não foi promulgado. O governo analisa a possibilidade de adotar novas tarifas setoriais específicas, o que pode prejudicar o setor de tecnologia dos EUA, o motor por trás da força do mercado de ações americano. Por essas razões, os resultados do segundo trimestre que as empresas divulgarão nas próximas semanas devem ser analisados com cuidado.

Os riscos políticos mais amplos também cresceram. Na semana passada, a Casa Branca acusou o presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), Jerome Powell, de gerir de maneira "extremamente" inadequada uma reforma da sede do banco central. Isso abriu uma nova frente nos ataques desestabilizadores do governo à independência da autoridade monetária. O projeto de lei orçamentária de Trump, que aumenta o déficit, levou a um crescimento das preocupações com a sustentabilidade das finanças públicas dos EUA. A economia também tem perdido ímpeto: o mercado de trabalho está esfriando e os gastos do consumidor enfraqueceram.

O mundo empresarial americano mostrou sua resiliência ao frustrar as previsões mais sombrias até agora, e Trump poderia, mais uma vez, voltar atrás. Mas a incerteza acentuada, por si só, já é motivo suficiente para os investidores agirem com cautela. Uma correção em relação aos patamares atuais seria dolorosa: os mercados de ações estão muito concentrados e a parcela dos ativos das famílias em ações também está próxima do nível mais alto a que já chegou. Neste momento, as ações dos EUA parecem precificadas para os resultados mais otimistas possíveis. Com um líder inconstante na Casa Branca, isso se parece mais com uma fé cega do que com um pensamento racional.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250714/>

# Índice de inflação da Argentina vem abaixo do esperado em junho

A **inflação** da Argentina subiu levemente e ficou abaixo do previsto em junho, em uma boa notícia para o presidente Javier Milei, que tenta manter os preços em queda na reta final para as eleições legislativas de outubro. No entanto, analistas alertam para a sustentabilidade da baixa nos próximos meses, em meio a uma fraca atividade econômica e um mercado cambial mais instável.

O índice de preços ao consumidor (IPC) foi de 1,6% em junho, uma leve alta em relação ao dado de 1,5% em maio, segundo divulgado ontem. Com isso, o país fechou o primeiro semestre com uma **inflação** acumulada de 15,1% e de 39,4% nos últimos 12 meses.

O setor no qual os preços mais subiram foi o da educação (3,7%) e o da habitação, água, eletricidade e outros combustíveis (3,4%).

O resultado também veio abaixo das expectativas do mercado, que esperava uma **inflação** mensal de 1,8%, segundo o Relatório de Expectativas de Mercado (REM), feito pelo Banco Central argentino.

Os dados foram comemorados por Milei, que tenta manter a desaceleração da **inflação** em meio à campanha para aumentar sua base nas eleições legislativas de outubro, consideradas essenciais para garantir a continuidade de sua política econômica de corte de subsídios e gastos sociais.

No entanto, analistas alertam para a sustentabilidade da queda inflacionária nos próximos meses. Para Dante Moreno, analista econômico da consultoria EPyCA, em meio a uma falta de dinheiro circulando nas ruas, o índice de julho e dos próximos meses deve refletir a

Fonte: Indec. Elaboração: Valor Data

alta de 2,1 % obtida pela cidade Autônoma de Buenos Aires, considerada uma prévia do IPC nacional.

"O número baixo da **inflação** está sendo sustentado por uma forte recessão, pela falta de dinheiro no mercado, o que leva a um consumo muito menor", diz Moreno. "As empresas são forçadas a manter ou até baixar os preços para conseguir um nível mínimo de vendas que permita cobrir os custos."

Além disso, Luis Secco, economista e diretor da consultoria [Perspectiv@s](mailto:Perspectiv@s), afirma que o bom resultado de junho se deu em detrimento da redução dos preços sazonais, mas a tendência é que o índice volte a aumentar em julho, tendo em vista o aumento do dólar nas últimas semanas.

"O mercado cambial durante junho esteve muito calmo, mas agora em julho a cotação começou a se mover um pouco, e isso certamente vai repercutir, digamos, nos mecanismos de formação de preços deste mês", afirmou o economista argentino. "Portanto, não deveria surpreender se a **inflação** de julho - quando for conhecida em agosto - acabar sendo maior."

A sustentabilidade do programa econômico de Milei também dependerá das reservas internacionais, que continuam em níveis delicados. No início do mês, o FMI anunciou que não concluiu a primeira revisão do acordo firmado com o país, diante do descumprimento das metas de acúmulo de reservas e de uma projeção de déficit em conta-corrente cinco vezes maior do que o estipulado.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188264?page=1&section=1>

# Milei aposta em um peso forte para vencer eleição

É inverno, mas os argentinos estão indo em massa às praias do Rio de Janeiro mesmo assim, o que só realça um dos problemas enfrentados pelo presidente Javier Milei e sua cruzada para "tornar a Argentina grande de novo".

Os turistas bebedores de caipirinha fazem parte de um êxodo ainda maior. Mais de 8,4 milhões de argentinos viajaram para outros países nos primeiros quatro meses deste ano, 68% a mais do que no mesmo período de 2024. Eles tiram proveito de um peso tão forte que transformou em pechinchas as antes caras viagens para o exterior - e com isso abriu um grande rombo na conta corrente do país.

O peso forte é uma política. Milei aposta que isso o ajudará a alcançar o objetivo no qual apostou sua reputação política: acabar com a **inflação**. A Argentina terá eleições legislativas em outubro e, embora a **inflação** tenha cedido como nunca em cinco anos, os preços ainda permaneciam, em junho, quase 40% acima do que estavam 12 meses antes.

Diante do dilema entre reduzir a **inflação** e impulsionar o crescimento ou acumular reservas e estabilizar a taxa de câmbio, "o governo deu prioridade à **inflação**, que pode render mais em termos políticos", segundo o economista Eduardo Levy Yeyati, professor da Universidade Torcuato di Tella, em Buenos Aires. "Agora, as outras áreas clamam por atenção."

Com o peso cerca de 40% mais forte em relação ao dólar em termos reais, as importações dispararam, as pequenas empresas pas-

sam por dificuldades e o desemprego saltou para o maior nível dos últimos quatro anos. Apesar do desejo declarado de Milei de transformar a Argentina de um Estado centralizador em um bastião do livre mercado, os empresários não estão abrindo seus cofres.

"A classe empresarial nunca esteve tão feliz com um presidente, mas ainda não está investindo, a não ser em energia e mineração", disse um executivo argentino. "Até que os controles cambiais sejam suspensos por completo e o Congresso aprove uma reforma trabalhista é difícil imaginar que isso ocorra."

Outro balde de água fria na confiança é uma decisão de um tribunal de Nova York que ordena que o

governo argentino ceda sua participação majoritária na estatal petrolífera YPF para ajudar a resolver um processo judicial de US\$16 bilhões que diz respeito à nacionalização da empresa, em 2012. Milei recorreu da decisão.

Seu governo antiestado tem só uma pequena bancada no Congresso e as eleições de outubro são cruciais para fortalecer sua posição. O presidente está confiante na vitória, mas Ramiro Blázquez, estrategista para a América Latina da StoneX, afirma que faltam a Milei dois elementos cruciais no caminho para a votação: dólares e consenso político.

Blázquez calcula que, em uma estimativa conservadora, o déficit em conta corrente crescerá para US\$ 8 bilhões no terceiro trimestre, à medida que argentinos nervosos se dediquem a um de seus passatempos favoritos: comprar moeda americana como uma proteção antes de eleições.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188264?page=1&section=1>

# BC: prévia do PIB tem queda em maio

» **RAFAELA GONÇALVES**

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado uma prévia do desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) do país, recuou 0,7% em maio na comparação com o mês anterior, conforme dados divulgados ontem pela autoridade monetária. O resultado ficou abaixo das expectativas do mercado, que esperava estabilidade do indicador, ante o crescimento de 0,2% de abril, interrompendo quatro meses de variação positiva.

A retração no mês foi puxada pela agropecuária, que registrou queda de 4,2% entre abril e maio. A indústria recuou 0,47% no período, enquanto o setor de serviços permaneceu estável. Os dados do IBC--Br antecipam uma desaceleração da atividade econômica no segundo semestre, algo que era esperado pelo mercado para o segundo semestre, devido aos efeitos defasados da política monetária que segue contracionista, com a taxa básica da economia (Selic) subindo desde setembro de 2024.

"Esse resultado mostra, em nossa opinião, a atividade dando os primeiros sinais de desaceleração, principalmente em relação ao **PIB** Agro e Industrial, que passaram a ter carrego negativo, em linha com a nossa expectativa da política monetária apertada tendo efeito a partir do segundo semestre" destacou Tatiana Pinheiro, economista-che-fe e sócia da Galápagos Capital. "Por isso, mantemos a projeção de

desaceleração da atividade mais significativa no segundo trimestre, criando espaço para o início do ciclo de cortes de juros em dezembro de 2025, com a Selic em 14,50% ao final do ano" projetou.

Atualmente, a taxa Selic está em 15% ao ano. Conforme os dados do BC, o IBC-Br teve alta de 3,2%, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Já no acumulado em 12 meses, passou a um ganho de 4%.

O IBC-Br tem metodologia de

cálculo distinta das contas nacionais calculadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O indicador do BC, de frequência mensal, permite acompanhamento mais frequente da evolução da atividade econômica, ao passo que o **PIB** de frequência trimestral descreve um quadro mais abrangente da economia.

O BC elevou a projeção de expansão da economia brasileira neste ano de 1,9% para 2,1%, conforme o mais recente Relatório de

Política Monetária (RPM), divulgado no fim de junho. Economistas do mercado financeiro também voltaram a reduzir suas projeções para a **inflação** neste ano pela sétima semana consecutiva. Segundo os dados do Boletim Focus, divulgado ontem pelo BC, a mediana das estimativas para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2025 caiu de 5,18% para 5,17%. Já a mediana para taxa Selic em dezembro ficou estável em 15% ao ano.

**Site:**

<https://edicao.correiobrasiliense.com.br/correiobrasiliense/2025/07/15/all.pdf>